VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023

ATA NÚMERO TRINTA E NOVE

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 16 de novembro de 2023, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria José Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Marcos Sérgio Loureiro Borges Silva Santos, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Vânia Maria Melo Rocha, Jaime da Silva Quintas, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, substituída por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Natália Maria Soares Gonçalves, substituída por João Pedro Ferreira Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Russo e Silva e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, substituído por Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, João Morais de Sousa, substituído por Ana Silvina Baptista de Oliveira Almeida e Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, não tendo sido substituída. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores (as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Manuel de Oliveira Guedes e José Joaquim Cancela Moura.

Esteve ausente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores (as) Vereadores(as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Ponto 1 – Público ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos, deu nota e relativamente ao processo de desagregação das freguesias, os senhores (as) Presidentes de Junta tinham até ao dia 20 de dezembro para fazer chegar ao Núcleo de Apoio por forma a ser entregue à Assembleia da República, conforme determina a lei. De seguida e havendo 1 munícipe inscrito, deu a palavra ao mesmo. ----------

Senhora Berta Brazão (União de Freguesias de Grijó e Sermonde) começou por falar da comunidade cigana residente na Rua das Casas Queimadas, em Grijó, referindo que as pessoas não tinham condições e consequentemente os animais também não e que ao ajudar as pessoas ajudam os animais. ----------

Disse ser grave a PATA e o veterinário municipal ter conhecimento e nada fazer e como as pessoas não tinham habitação, também não tinham possibilidade de fazer a castração dos animais de raça perigosa Pitbull e o que estaria a acontecer é que cada vez mais nasciam animais daquela raça. E que depois eram vendidos. Pediu que pudessem ser construídas habitações para aquelas pessoas. ----------

Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Marina Mendes começou por dizer que a Senhora Berta Brazão tinha colocado 2 questões, uma sobre a questão habitacional daquela comunidade e outra dos animais. Efetivamente, confirma-se que está contida na estratégia municipal, a construção de habitação que iria permitir realojar algumas das famílias, aquelas que estavam identificadas. Aquelas que são efetivamente de Vila Nova de Gaia estariam identificadas e seriam alvo e de realojamento.

Relativamente à questão dos animais, passaria a palavra ao seu colega, Vereador Valentim Miranda, que tem competências na área em concreto, responsável pela PATA, para elucidar a assembleia e o munícipe em particular. ----------

Senhor Vereador, Valentim Miranda começou por dizer que apesar da senhora Berta, dizer que não iam lá, afirmou que iam e com a colaboração da Junta de Freguesia. Disse que não podiam lá chegar e esterilizar os animais, porque tinham proprietário e sendo proprietários deviam ser eles a identificar. Referiu não saber se naquele momento estaria no Ministério Público, porque sabiam que, por vezes, as próprias autoridades chegavam lá e tinham dificuldades. Se for lá a GNR, como já tem acontecido, aquilo é uma confusão, os cães desaparecem, tudo aquilo não funciona e, portanto é sempre uma tarefa difícil mas estavam atentos. O PAN também conhecia o assunto, porque tinham diálogos abertos, mas aquela era uma situação que não podiam resolver a curto prazo. A partir do momento em que está na polícia, aquilo é uma situação privada, iriam aos poucos sensibilizando. A Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e o PAN são conhecedores do problema. ----------

Quanto à etnia cigana, pelo contrário, queriam é a integração deles na comunidade, por isso é que as casas vão ser construídas. ----------

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia ----------

Ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o Ano 2024". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (18 do PS, 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE,02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 da IL). ----------

Ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento Municipal e Opções do Plano para 2024, nos termos do artigo 27.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (alterada pela Lei nº 66/2020)". ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH), na sua intervenção falou sobre a ausência do Orçamento Municipal e Opções do Pano para 2024, das suas propostas como a criação da Comissão de Fiscalização Anticorrupção para o Município; criação do Gabinete de Simplificação e Transparência Administrativa, criação de um Plano de Acompanhamento de Comunidades com Problemas de integração, de contribuição para a Reclassificação do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho no grupo "E" das unidades hospitalares nacionais, elaboração de um levantamento das necessidades de investimento nas Estruturas e Infraestruturas das Escolas e Agrupamentos Escolares do Município, reconhecimento da data 25 de Novembro como data decisiva para a liberdade e para a democracia, criação de um plano de prevenção e sensibilização de mitigação de graffitis, tags e publicidade em Vila Nova de Gaia. Disse serem propostas ausentes também deste Orçamento Municipal e Opções do Plano para 2024, assim como a recomendação para execução do estudo com vista à construção de um monumento em homenagem aos Antigos Combatentes de Vila Nova de Gaia. Referiu que o Orçamento para 2024 era mais reduzido do que 2023. **(vide anexo 1)** ----------

Senhor Deputado Pedro Teixeira (PAN), na sua intervenção disse que a política deve ser direcionada para a mudança e desenvolvimento. Disse ser um orçamento financeiramente equilibrado, cumprindo o previsto na lei. Embora os fundamentos políticos, de algumas ações tomadas, mormente a nível fiscal, ambiental e proteção animal, sejam passíveis de discussões mais ideológicas, certo é que o executivo apresenta um orçamento financeiramente equilibrado. Quanto à política fiscal, acompanhava o Executivo no IMI, com a redução do IMI, à participação variável no IRS, mas não acompanharia o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da sua isenção, uma vez que considerava, como inúmeras vezes já o tinha dito, que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar empregos verdes, estáveis e duradouros, no concelho de Vila Nova de Gaia. De uma forma geral, afirmou que acompanharia o executivo nas opções de política orçamental, educacional, social, habitacional, áreas da saúde e invariavelmente, porque muito importante em termos da descarbonização, a política dos transportes públicos. ----------

Voltou a dizer que o orçamento se mantinha na linha do anterior, demonstrando um conjunto de intenções, na área da gestão de recursos, que considerava primordiais na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que toca à aposta nos transportes públicos, à eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública, o incremento da reciclagem, a renovação da frota automóvel por veículos mais sustentáveis, a instalação de jardins verticais, telhados verdes, etc. ----------

Contudo, de forma mais negativa, assistia-se ao crescimento da paisagem cinzenta do betão, em detrimento de espaços verdes de proximidade, principalmente, no centro da cidade. Referiu que o Executivo, pode e deve ser o dinamizador, para que junto das entidades a quem também compete a gestão das águas fluviais, se tomem medidas urgentes de conservação e de mitigação deste atual problema. --------

Quanto à temática da proteção e bem-estar animal, saudou uma série de medidas, que têm vindo a ser reiteradamente reclamadas pelo PAN apesar do Executivo estar longe de mitigar o problema do abandono e dos maus-tratos. (**vide anexo 2**) ----------

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL), iniciou a sua intervenção por dizer que o orçamento merecia uma análise formal e substancial do seu conteúdo para se perceber o denominador comum que está subjacente. Começou pela análise formal, onde no ponto 7 do relatório de orçamento, o executivo refere um conceito inovador que serve de base à gestão autárquica, a Felicidade Interna Bruta, no entanto, não faz uma única referência à evolução desse indicador nos últimos anos. Disse não encontrar no orçamento qualquer capítulo dedicado ao enquadramento macroeconómico ou da Felicidade Interna Bruta, aos riscos de crédito, taxa de juro, riscos cambiais e de liquidez, entre outros riscos que afetam de forma crucial a gestão camarária. Disse que o executivo reduziu despesa pública em quase 10% para cerca de 272 milhões de euros, para o qual seria importante uma explicação concreta. ----------

A nível da substância, entende a necessidade de incluir os mesmos projetos municipais ano após ano, muitos deles acabando por ser fruto de reprogramações de encargos plurianuais e porque é que o relatório do orçamento municipal se apropria de projetos que não são seus, como era o caso da expansão da linha amarela, da linha rubi do metro do Porto ou a reabilitação integral da via da linha do Norte e da linha de alta velocidade. ----------

Referiu as muitas boas intenções que também surgiam quando é referido o projeto Missy Gaia que quer colocar as crianças gaienses a aprender a andar de bicicleta. Só que depois na execução não se verificou qualquer aumento da malha de ciclovias na cidade. ----------

E depois o léxico do Metro bus para descrever aquilo que não passava de uma carrinha Mercedes Sprinter de 15 lugares, que, na melhor das hipóteses, ia ser um autocarro a hidrogénio verde de Sines, mas no final vai acabar por utilizar os autocarros novos, alguns nem sequer são novos, são usados da Carris Metropolitana da futura rede Unir e se na Avenida Vasco da Gama havia espaço para duplicar e criar faixas BUS, algo que é virtuoso e pediam que fosse replicado pelo executivo, onde possível. Disse esperar que todos os gaienses de forma direta e indireta, estejam incluídos no tal índice de Felicidade Interna Bruta, muito propalado no relatório do orçamento. Depois de analisar o documento, votavam contra o orçamento municipal. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU), na sua intervenção referiu que as preocupações são muitas, os problemas complexos e a realidade muito exigente para a vida dos trabalhadores e do povo. Disse estar perante um Orçamento com uma diminuição de 25 milhões de euros. A crítica a uma diminuição da Receita para mais de Capital deveria ser anexada a uma proposta para aumento da Receita. Disse haver um elemento na Receita que motiva preocupação, e que respeito às verbas previstas nas Transferências

Correntes do Estado Central, em especial na alínea da Transferência de Competências onde, apesar de se verificar uma subida de 7.300.000 mil euros, se o compararem com o Déficit assumido pelo Executivo, de 6.500.000 mil euros apenas com a Educação e Acão Social - e a este somarem o também já assumido déficit na Saúde, falavam de uma margem que prevê, uma vez mais, que o Município tenha de desembolsar mais dinheiro do que aquele que lhe é transferido pelo Estado Central. ----------

A Habitação e no capítulo do Programa do 1º Direito, se recordarmos a discussão do Orçamento do ano passado, que foi feita após aquele primeiro edital, motivou então o expressar de preocupação por parte da CDU a evolução registada, ao longo desse ano, designadamente no Reforço do Edital para dar resposta às propostas (85M€ de reforço), o presente Orçamento traz um elemento de perspetiva positiva para a utilização desses fundos, num quadro nacional em que Gaia está inserida num conjunto de municípios com boas perspetivas de utilização dos fundos do PRR. ----------

Os Transportes são igualmente uma matéria que a CDU tem trazido insistentemente, um debate por vezes até forçado. Por um lado, lamentavam a não incorporação de uma medida proposta pela CDU, o alargamento do passe gratuito para maiores de 65 anos, tendo em conta inclusivamente a aprovação do ORÇAMENTO de ESTADO e a previsível assunção do ESTADO CENTRAL de uma medida positiva avançada pela CM Gaia há vários anos, a gratuidade nos sub-23. ----------

Na Cultura, valorizavam as respostas que estão a ser dadas na rentabilização dos equipamentos culturais, tanto ao nível das requalificações a concluir, como no da programação. Entendem que a política cultural deve ser abordada não só no eixo do apoio à programação, mas também nos apoios à criação, designadamente programas direcionados para artistas e estruturas, num concelho onde muitas são sistematicamente bem avaliadas nos programas da DG Artes, mas ficam depois fora dos apoios. ----------

Na Educação, existe uma preocupação que se associa aos problemas da transferência de competências, para lá do que já referiram sobre o défice entre as necessidades e transferências do Estado Central. Focavam-se em duas questões muito concretas relacionadas com o trabalho na Educação, sem prejuízo de reconhecerem um período de adaptação. ----------

Na Saúde, concordam com o Senhor Presidente no debate que tiveram sobre as ULS, nas suas ambições para o modelo de organização local de saúde, para resolver a situação de desorganização no nosso concelho, bem como promover uma melhor gestão de recursos humanos e materiais de que é efetivamente urgente. Mas não estavam convencidos de que as ULS e a centralização no Hospital dos recursos de saúde locais sejam a resposta de que o concelho precisa e todos nós exigimos. (**vide anexo 3**)---

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE), na sua intervenção começou por dizer que num ano em que está previsto um aumento significativo das receitas, a atingir quase os 102.000.000 de euros por via dos

impostos, percebia o porquê da diminuição do orçamento comparativamente ao ano que agora está a terminar, na ordem dos 25.000.000 de euros. ----------

Com uma enunciação genérica de programas e objetivos, não era explícita a distribuição funcional da despesa, para além do que aparece nas GOP, página 34 do PDF, deixando de fora uma fatia significativa de 81.000.000 de euros do orçamento. Disse estranhar que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não tenha apresentado o referido plano previsto no sistema de normalização contabilística das administrações públicas. Em relação também às transferências de competências acompanharam, mas sempre perguntaram se vinham acompanhados do respetivo envelope financeiro. ----------

Relativamente à transferência de competências da lei 50/2018 do Anexo 2 da proposta de lei do orçamento geral de 2024, aprovado no Parlamento, pela maioria do PS, temos para a saúde cerca de 3.931.934 EUR, para a educação, 23.562.509 EUR, para a ação social, 2.511.832 EUR, o que dá um total de 30.006.275 EUR, mas na GOP, da página 34 do PDF, a nível da educação, temos Ensino não superior, 15.790.680 EUR, nos serviços auxiliares de ensino, 12.333.580 EUR, o que dá uma soma de 26.664.260 EUR, sabendo que a transferência da comparticipação da educação são 23.562.509 EUR, verificamos que temos à responsabilidade do município, 3.753.691 EUR. ----------

Um exemplo da análise que pode ser feita, no plano municipal para a integração dos imigrantes 200 EUR. Somos de facto um município inclusivo. Gaia protege +, 300 euros. Este mesmo exercício pode ser feito, na área da saúde e outras áreas. A nível da repartição orgânica da despesa em funções das áreas funcionais do município pode acarretar algumas consequências negativas, como, por exemplo, uma má gestão financeira, desigualdade na distribuição de recursos, falta de foco estratégico, dificuldade na avaliação de desempenho, opacidade também na tomada de decisão, risco de desperdício de recursos, possíveis conflitos internos, dificuldades na prestação de contas. A nível também do plano plurianual do investimento, pode ter várias consequências negativas, o desalinhamento com objetivos estratégicos, falta de planeamento financeiro, risco de investimentos descoordenados, dificuldade na prestação de contas e também eventualmente alguns possíveis conflitos com a lei, entre outros. E finalmente a falta de informação sobre a repartição funcional de todas as despesas pode ter várias consequências, falta de transparência, dificuldades na tomada de posição, ineficiência da gestão orçamentária, dificuldades na distribuição de recursos e desvios na prestação de contas, perda de eficiência, eficácia, impacto na qualidade dos serviços públicos, riscos legais e regulatórios. ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS), quis colocar apenas uma questão sobre a opacidade e da falta de transparência do plano que o senhor deputado se referiu. Disse que havia falta de respeito para com a equipa que tem um trabalho brutal na conceção do orçamento, independentemente das apreciações, boas ou más. Só tinham de aceitar as críticas, discordando, criticando, rebatendo, o quer que seja, o pedido de

esclarecimento do deputado prende-se a falta de reconhecimento do trabalho da equipa que prepara o orçamento. Disse ser mau tom, era uma crítica absolutamente injusta e que merecia protesto, em nome do executivo que falará por ele, em nome daquela Assembleia, mas sobretudo em nome dos funcionários da Câmara, diretores, e pessoas afetas ao mesmo processo, o qual homenageavam e diziam ser um trabalho fantástico. ----------

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE), reforçou o que tinha dito e disse haver uma falha na informação que pode traduzir-se numa falta de clarividência, objetividade. Disse não ter feito uma afirmação, e nesse sentido, repudiava as palavras do Senhor Deputado. ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS), pediu a palavra em defesa da honra. Disse que tínhamos considerações que eram insinuações, e que o seu protesto tinha sido por causa disso e que o senhor deputado do BE, não fazia a mais pequena ideia do que era fazer um orçamento e criticava que o plano estava todo errado. Terminou dizendo que a sua intervenção era em nome do grupo municipal e era para dar voz às pessoas que não podiam intervir que o fazia, que as afirmações eram de facto graves e que mereciam o seu protesto. ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), na sua intervenção pediu a palavra e elogiou o trabalho dos funcionários e que bem ou mal, fazem o trabalho deles. O deputado do Bloco de Esquerda não precisava de advogados de defesa, mas sim de um esclarecimento. Comparativamente aos orçamentos dos anos anteriores houve efetivamente a redução de mapas financeiros, a pergunta é saber se o senhor deputado Carlos Vergueiro lhe conseguiria explicar porque é que aquilo aconteceu. ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS), quis dar nota que a sua intervenção não seria para esclarecer porque o executivo daria as explicações que entendesse por bem dar. O que teria dito é que apenas queria protestar, porque aquela indução ou aquela afirmação da opacidade e da falta de transparência era um protesto que tinha de fazer. ----------

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE), disse ter acabado de perceber que a dúvida, ou protesto, do PS, que de facto, gostava de usar a semântica para exatamente colocar palavras das quais não foram ditas. Claramente disse que faltava informação e isso trazia falta de objetividade e era uma lacuna de informação.

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), deu nota que quem terá dado abertura para o que estava a acontecer teria sido o Senhor Presidente quando deixou um deputado fazer uma interpelação a meio das várias apresentações dos grupos municipais. Quanto ao deputado do PS, disse não fazer joguinhos de palavras e a única coisa que quis perguntar e no seguimento da sua intervenção, era se sabia, percebia que não sabia e a Câmara Municipal provavelmente iria explicar. ----------

Senhora Deputada Ivone Sá Santos (PSD), na sua intervenção, referiu que, tendo presente que, conforme estipulado na Constituição da República Portuguesa (art.º 235º), "as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas", consideram que a elaboração do orçamento de uma Câmara deve, obrigatoriamente, ser norteado por esse fim e, nesse sentido, responder às necessidades mais prementes dos seus Munícipes. ----------

O atual quadro macroeconómico de elevadas taxas de inflação e de elevadas e crescentes taxas de juros, a causar sufocos financeiros a alguns gaienses, a falta de habitação, os elevados valores de renda, inacessíveis a muitos dos gaienses, a falta transportes coadunados às necessidades dos gaienses, sobretudos das freguesias mais distantes do centro da cidade, parecem-nos ser algumas das preocupações mais prementes dos gaienses e que devem, portanto, estar subjacentes à elaboração do orçamento aqui em apreciação, designadamente no que respeita à política fiscal, de habitação e de transportes. Em relação a esta última questão, esperamos que, com a nova rede de transportes "UNIR", finalmente os gaienses vejam resolvida a situação de escassa e precária oferta de transportes públicos. Disse, também, que, outra questão que deveria estar presente na elaboração do orçamento, pela fragilidade da sua condição, é a terceira idade. ----------

Salientou que no item designado de "fundamentação política" são referidos projetos como se fossem projetos do Município, quando são obras da Administração Central (ex: o TGV, as novas linhas do Metro, a reabilitação da Linha do Norte e a nova ponte D. António Francisco dos Santos), bem como salientou que diversos investimentos mencionados já constavam de anteriores orçamentos e, até à data, não foram sequer iniciados. ----------

Referiu, ainda, que o documento era omisso quanto à execução e financiamento para 2024 da construção e aquisição de 2.019 fogos que o Município se comprometeu a disponibilizar até ao final de 2026, no âmbito do programa 1.º Direito, no valor de 143 M€ financiados, com recurso a verbas do PRR. A este propósito manifestou preocupação com o baixo grau de execução deste contrato-programa, nomeadamente o reduzido número de entrega de casas e o atraso considerável na construção de novos fogos, sinais que indiciam o risco sério do Município perder parte substancial daquele financiamento e ainda mais grave, ficar sem soluções para dar resposta, após 2026, aos cerca de 2.800 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais, de famílias vulneráveis e em condição económica difícil. ----------

Quanto à atração de investimentos de valor acrescentado para gerar mais e melhores empregos qualificados, o relatório do Orçamento não diz praticamente nada. Após os tão propalados megaprojetos, seja a construção do Centro de Congressos, cuja empreitada iria iniciar-se em 2021 e agora no meio de imbróglio ou o Polo Tecnológico da Madalena, com um promissor investimento de 700M€ e a criação de

15.000 postos de trabalho qualificados, agora substituído por um projeto de natureza ambiental, o documento refere simplesmente o "arranque de um polo de incubação e de start-up" como um dos objetivos apontados para alcançar a competitividade do nosso território. ----------

Ao nível do orçamento propriamente dito, não podemos deixar de constatar que, face ao ano de 2023, há uma redução da receita de 296,8 M€ para 271,9M€ (-25M€), decorrente, em grande medida da redução das transferências de capital de 95,8M€ para 39M€, sem que, no documento em apreço, seja dada qualquer justificação para esta diminuição. ----------

Manifestou preocupação com o facto de a redução das receitas de transferências de capital em torno dos 56,8M€ ter correspondência na diminuição das aquisições de bens de capital – habitação (aquisição e reparação) de 69,7M€ em 2023 para 29M€ em 2024 (-40,7M€). ----------

Em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o atual orçamento mantém a trajetória de crescimento das despesas com pessoal (em 3 anos as despesas com pessoal aumentaram em 35,3M€, isto é, 84%), sendo que o crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, gera-nos uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da receita, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. ----------

Referiu ainda que desconhece, se o acréscimo das despesas com pessoal verificado em 2024 inclui algum montante de despesas relativas a pessoal transferido no âmbito da Descentralização, pois, se no orçamento de 2023 é mencionado que o valor de despesas com pessoal inclui 14M€ referentes à transferência de funcionários no âmbito da descentralização de competências, o orçamento de 2024 é omisso no que respeita a esta matéria. De facto, se no orçamento de 2024 do lado das receitas se consegue aferir que o valor transferido para o Município no âmbito da transferência de competências é de 30M€, já do lado das despesas não é possível aferir o valor de despesa decorrente da transferência de competências, não sendo, assim, possível determinar o impacto das transferências de competências no saldo orçamental. ----------

Do lado das receitas, registam com agrado o acolhimento da fixação da participação variável nos 2,5%, patamar pelo qual o PSD tem, sucessivamente, pugnado, de modo a reduzir a discriminação negativa dos gaienses face aos portugueses de outros Municípios. Já em relação ao IMI e à derrama a proposta de redução do PSD não teve o mesmo acolhimento. ----------

Ainda do lado da receita, mencionou que há um acréscimo dos passivos financeiros, em 2024, em 33,4 M€, depois de em 2022 ter já sido contratado um empréstimo de 18,5M€ a 20 anos e, em 2023, um empréstimo de 39,9M€ também por 20 anos. Dado que estes empréstimos se destinavam a investimento, o PSD deu o benefício da dúvida abstendo-se. ----------

Porém, face ao contexto de aumento das taxas de juro. o PSD não pode deixar de manifestar preocupação com o impacto que o valor de juros a pagar possa ter no equilíbrio financeiro do Município, pois, o valor de juros e outros encargos orçado para 2024 é de 3,93M€, o que corresponde ao triplo do valor orçado para 2023, que era de 1,3 M€. De notar, ainda, que, conforme o documento do Revisor Oficial de Contas relativo ao 1º semestre de 2023, o valor de juros e outros encargos suportados até 30/6/2023 eram de 827 mil euros, isto é, 3,5 vezes o valor pago no período homólogo de 2022 (234 mil euros).----------

Em relação ao Balanço e Demonstração dos Resultados seria importante dispor da composição de algumas rubricas para melhor compreensão dos Mapas. Assim, importaria saber: quem são os outros devedores (saldo de 33,6M€); o que são as outras contas a pagar, bem como a explicação para o registo de um valor exatamente igual no passivo não corrente e para o aumento do valor de natureza corrente de 12M€ em 2023 para 42,4M€ em 2024; a necessidade do aumento dos financiamentos obtidos, quando este, em termos de balanço, parece ser direcionado para disponibilidades, pois, o saldo de caixa e depósitos bancários aumentou de 40,3M€ em 2023 para 92,2M€ (+51,9M€). **(vide anexo 4)** ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), começou por dirigir-se ao deputado Gonçalo Pinto e disse não valer tudo e que um dia perceberia que havia outra forma de fazer política. Referiu que todos dependiam de algo que era feito por outra pessoa e que os problemas de alguns eram problemas de todos e que era assim que vivia no sentido de comunidade de dedicação à causa comum que era partilhada por todos os deputados. ----------

Disse haver algo que os caracterizava naquele projeto dedicados há mais de 10 anos e que não se resignava a gerir desigualdades. ----------

Acrescentou ao dizer que tal como o Senhor Presidente já teria dito, teria um aumento das despesas correntes e esse era um caminho sustentado. Quanto à questão do aumento do pessoal, decorria sobretudo da transferência de competências que vem do Governo central e que apesar dessas dificuldades que reconhecia, colocava as boas contas e no verde. Referiu a baixa de impostos num plano ousado, mas sem colocar em causa as contas. Disse que o documento em cima da mesa coloca um debate que tinha a ver com as pessoas, com as instituições, o trabalho em rede feito com as IPSS, com as instituições desportivas, com as instituições culturais e o trabalho feito em rede por toda a comunidade era gigantesco e achava que aquele orçamento era um bom orçamento para as instituições sociais, culturais, desportivas com todos os desafios referidos. ----------

Na educação disse ser um sonho que vinham a concretizar desde 2013 e estavam a trabalhar para o alargamento das CRECHES. Estavam a desenvolver o projeto Gaia Aprende+ (i), a requalificar escolas e a lidar com a descentralização com todos os desafios, como já teria dito. Do ponto de vista dos transportes e aproveitando a intervenção do senhor deputado da Iniciativa Liberal, referiu que o executivo no seu melhor

representante, falar da Metro, da CP, como não sendo obras nossas, como se algumas coisas relacionadas com a A1, fossem responsabilidade da autarquia. Tivemos aqui do ponto de vista da CDU, por exemplo, sempre essa crítica em relação às escolas, nunca colocando em causa o investimento público, mas dizendo, não ser da autarquia essa competência. Todo o trabalho em torno das dimensões nacionais dos diferentes projetos que mexem com a nossa vida são também parte importante do trabalho da Câmara Municipal e, portanto, ajudar a construir a melhor solução para o metro, as melhores soluções de implementação dos diferentes instrumentos de gestão da cidade são obviamente, questões que dizem respeito a esta Câmara Municipal. Todo o trabalho feito em torno dos passes e obviamente, o desafio começaria em breve, com a nova rede de transportes e os desafios que irão ser colocados a todos. Disse que a mudança que iria ocorrer nos transportes, era para melhorar a vida das pessoas de Vila Nova de Gaia. Este é o momento de reconhecer o trabalho da equipa do Presidente Eduardo Vítor Rodrigues, todo o seu executivo, reconhecer a sua dedicação a Gaia e o projeto para continuar a desenvolver em 2024. ----------

Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Marina Mendes, começou por dizer que se percebia ter havido uma leitura atenta de todos os partidos políticos com assento naquela Assembleia porque existiram algumas propostas definidas, como propostas que estavam ausentes no documento em análise e, numa leitura mais atenta, perceberiam com certeza que essas medidas estavam bem expressas, contudo, o primeiro esclarecimento prendia-se com o facto da estrutura do documento, que foi ali alvo de algum debate, ter-se alterado porque houve mudança do POCAL para o SNC e aquele documento cumpria integralmente o exigido no sistema de normalização contabilística. É um plano e orçamento que continuava a assentar em 8 eixos fundamentais, onde a educação continua a ser uma das prioridades do município não só em termos financeiros, mas também no reforço de muitas das medidas e dos programas na área da educação são alargadas ao ensino privado, projeto dos recreios e dos cobertos retráteis tão solicitados nas escolas, pelos professores, pelas associações de pais, pelos funcionários, pelos próprios alunos e que seria um projeto inovador. Também a criação de um programa municipal de apoio a famílias numerosas, um problema social complexo, quer seja municipal ou da própria rede social. Aproveitou para informar que a autarquia foi mais uma vez distinguida como uma das mais familiarmente responsáveis cujo prémio será entregue no próximo dia 6 de dezembro, em Coimbra e, portanto, estes reconhecimentos públicos constantes no nosso município mostram-nos efetivamente que não trabalhamos apenas com boas intenções, conforme terá sido referido. ----------

Também alargar a resposta ao nível do Centro de Inclusão Social na área da deficiência, para poder também colaborar com os vários agrupamentos de escolas do concelho, nos planos individuais de transição e que já era feito nos Polos do Maragão, Canelas e Grijó e queriam alargar aos restantes polos e agrupamentos. ----------

Iriam reforçar o apoio aos cuidadores informais, com a universalização da medida por parte da administração central, que os obrigou a rever o programa municipal, que foi pioneiro para que para além de ter de ser complementar ao programa do Estado, possa também apresentar características inovadoras que venham responder às necessidades dos cuidadores, assim como o reforço no apoio às IPSS, o atendimento e acompanhamento social de proximidade com o processo de descentralização da ação social.

A nível do setor da saúde, não podemos deixar de referir a evolução do hospital de Gaia que já concluiu várias fases de obra e que queriam continuar a evoluir com muita expectativa na nova unidade de cuidados continuados ou na criação da ULS "unidade local de saúde" como um desígnio estratégico necessário e prioritário, mas também a construção dos centros de saúde dos Carvalhos, de Grijó, da Afurada. ----------

Pensar numa cidade inteligente é pensar numa cidade sustentável e definiram como prioridade a renovação total da frota dos veículos pesados e maquinaria do trabalho, quer numa perspetiva ambiental, quer numa perspetiva da poupança energética e financeira. A finalização do projeto ambiental para o Eco Parque do Atlântico, a requalificação da Gruta do Jardim do Morro, a criação de uma brigada própria de fiscalização ambiental, aquisição de novos terrenos para ampliação do Parque Biológico, a criação de uma rede municipal de monitorização da qualidade do ar. A integração de um sistema remoto, controlo de regas e espaços verdes municipais, o alargamento da rede municipal de hortas ou a instalação de centrais fotovoltaicas em escolas. ----------

Referiu as boas contas com um esforço extraordinário de reequilíbrio das contas municipais e que adotaram uma política fiscal amiga dos cidadãos, que foi sucessivamente reduzindo os encargos das famílias, como o IMI ou o IRS. ----------

Sobre a questão da redução do orçamento tem que ver com a baixa das taxas e tarifas municipais. ----------

No que respeita à cultura e ao concelho enquanto património histórico, sendo Gaia o maior município da Área Metropolitana, sai efetivamente reforçada quando investiam em programas como o "Meu Bairro, Minha Rua", que irão reforçar durante o ano de 2024 ou na reabertura da Casa Barbot ou com a criação de um programa específico de capacitação na área do turismo. ----------

Por fim, reforçar Vila Nova de Gaia como um município de sucesso competitivo, capaz de atrair o investimento com várias ações, como a requalificação das zonas industriais, as linhas do metro que estaria em fase de expansão, com uma obra superior a 120 milhões de euros, ou a linha Rubi que previa a nova ponte sobre o Rio. Falou no investimento de mais de 143 milhões de euros na habitação com a estratégia local de habitação. Disse ser um orçamento rigoroso, equilibrado, que apresentava medidas que acompanham a evolução dos próprios fenómenos sociais no contexto social, nacional e internacional que se revestia de algumas incertezas, mas com a convicção de continuar a fazer um investimento inteligente que se preocupa em primeiro lugar com as pessoas. ----------

Senhora Deputada Ivone Sá Santos (PSD), referiu que leu atentamente o documento e é um facto que existem obras que transitam de orçamento para orçamento, desde há pelo menos meia dúzia de anos, sem terem ainda sido iniciadas e que certamente não iriam ficar concluídas ou nem sequer começadas até ao final do presente ciclo autárquico. ----------

Na sequência da Sra Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Marina Mendes, ter referido que Gaia é um município de sucesso competitivo, a deputada Ivone Santos contrapôs que, apesar de Gaia ser o terceiro concelho em dimensão de população, num estudo do INE 2021, Gaia estava em 31º lugar em poder de compra, não estando, portanto, a alcançar os níveis de competitividade desejados. ----------

A deputada Ivone Santos deu nota que leu atentamente o documento, mas em lado algum era explicado o porquê das transferências de capital terem reduzido numa ordem de grandeza tão elevada, nem o que eram as outras contas a pagar e outras contas a receber, nem qual o montante das despesas decorrentes da descentralização em que incorre o Município para que possam ser comparadas com o valor das receitas relacionadas com a descentralização transferidas do Estado para o Município, de modo a que se possa aferir o impacto da Descentralização no orçamento do Município. Por fim, relativamente ao TGV e ao metro, referiu que os investimentos no âmbito dos mesmos só são possíveis por causa do PRR. ----------

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL), e após o Senhor Deputado do BE ter referido a existência do Município TV, perguntou se já se proporcionava as transmissões online das Assembleias Municipais. ---------

Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Marina Mendes, em relação às transmissões online disse ser uma questão que terá havido já debate e como tal não iria voltar a essa discussão. ----------

Em resposta à senhora deputada Ivone Santos, quanto aos números poderia responder posteriormente por escrito. Sobre algumas das medidas e programas que efetivamente já estavam previstas e não foram concluídas, dizer-lhe que efetivamente essas medidas e programas, quando são pensados, não são pensados com intuito eleitoralista. Portanto, quando os pensavam e planeavam, implementavam-no de acordo com o alinhamento que faziam do seu trabalho e por isso é que alguns deles não estavam concluídos, até porque quando existe um determinado planeamento, e constantemente vão abrindo as linhas de financiamento, às quais podemos fazer candidaturas, se assim não fosse e porque muitas das vezes vão demorar na sua tramitação, nos seus procedimentos, seria penalizador para o município. ----------

Não havendo mais nenhum Senhor Deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o Ponto 4.25. à votação. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 31 votos a favor (18 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 13 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 da IL) e 01 abstenção do PAN. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referiu que na próxima reunião se trataria da informação escrita do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do município. ---

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo. **(vide anexo 5)** ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e dez minutos do dia trinta de novembro do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

Intervenção 23/11/2023

Exmo. Sr. Presidente da Mesa; Exmo. Sr. Presidente do Executivo; Sras. e Srs. Vereadores; Sras. e Srs. Deputados; Comunicação Social; Polícia Municipal; Público em Geral,

Sr. Presidente,

Proposta do CHEGA de criação da Comissão de Fiscalização Anticorrupção para o Município;

Proposta do CHEGA de criação do Gabinete de Simplificação e Transparência Administrativa.

Ambas propostas ausentes deste Orçamento Municipal e Opções do Plano para 2024, apesar dos graves problemas com a justiça enfrentados por este executivo camarário.

Proposta do CHEGA de criação de um Plano de Acompanhamento de Comunidades com Problemas de Integração;

Proposta do CHEGA de contribuição para a Reclassificação do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho no grupo "E" das unidades hospitalares nacionais;

Proposta do CHEGA de elaboração de um levantamento das necessidades de investimento nas Estruturas e Infraestruturas das Escolas e Agrupamentos Escolares do Município;

Proposta do CHEGA de reconhecimento da data 25 de Novembro como data decisiva para a liberdade e democracia;

Proposta do CHEGA de criação de um plano de prevenção e sensibilização de mitigação de grafittis, tags e publicidade em Vila Nova de Gaia.

Todas estas propostas ausentes também deste Orçamento Municipal e Opções do Plano para 2024.

Proposta do CHEGA de recomendação para execução do estudo com vista à construção de um monumento em homenagem aos Antigos Combatentes de Vila Nova de Gaia, aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal, a 28 de Abril de 2022, ainda não passou disso mesmo, uma proposta.

Orçamento para 2024 mais reduzido do que o de 2023;

Mais de 2700 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais sem uma resposta em perspetiva a curto e médio prazo;

Sucessivos fracassos na atração de grandes investimentos privados para o Concelho, assim como uma total ausência de estratégia para a sua captação no futuro, são motivos mais do que suficientes para o CHEGA votar contra este Orçamento e Opções do Plano.

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO 2024

Tendo presente que, conforme estipulado na Constituição da República Portuguesa (art. 235º), "as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, consideramos que a elaboração do orçamento de uma Câmara deve, obrigatoriamente, ser norteado por esse fim e, nesse sentido, responder às necessidades mais prementes dos seus Munícipes.

O actual quadro macroeconómico de elevadas taxas de inflação e de elevadas e crescentes taxas de juros, a causar sufocos financeiros a alguns gaienses, a falta de habitação, os elevados valores de renda, inacessíveis a muitos dos gaienses, a falta transportes coadunados às necessidades dos gaienses, sobretudos das freguesias mais distantes do centro da cidade, parecem-nos ser algumas das preocupações mais prementes dos gaienses e que devem, portanto, estar subjacentes à elaboração do orçamento aqui em apreciação, designadamente no que respeita à política fiscal, de habitação e de transportes. Em relação a esta última questão, esperemos que, com a nova rede de transportes "UNIR", finalmente os gaienses vejam resolvida a situação de escassa e precária oferta de transportes públicos.

Outro aspecto que pode ter um impacto positivo e directo na vida dos gaienses é a existência de emprego e de emprego de qualidade em Gaia. Assim, consideramos ser fundamental implementar políticas que funcionem como polo de atracção de boas empresas para o Concelho de Gaia, que criem emprego qualificado.

Uma outra questão que nos parece dever estar presente na elaboração do orçamento, pela fragilidade da sua condição, é a terceira idade.

Em relação ao documento apresentado:

1. No item designado de "fundamentação política" são referidos projectos como se fossem projectos do Município, quando são obras da Administração Central. A título de exemplo, o TGV, as novas linhas do Metro, a reabilitação da Linha do Norte e a nova ponte D. António Francisco dos Santos.

   Salientamos, ainda, que diversos investimentos mencionados já constavam de anteriores orçamentos e, até hoje, não foram sequer iniciados.

   O documento é omisso quanto à execução e financiamento para 2024 da construção e aquisição de 2.019 fogos que o Município se comprometeu a disponibilizar até ao final de 2026, no âmbito do programa 1.º Direito, no valor de 143 M€ financiados, com recurso a verbas do PRR. A este propósito preocupa-nos o baixo grau de execução deste contrato-programa, nomeadamente o reduzido número de entrega de casas e o atraso considerável na construção de novos fogos, sinais que indiciam o risco sério do Município perder parte substancial daquele financiamento e ainda mais grave, ficar sem soluções para dar resposta, após 2026, aos cerca de 2.800 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais, de famílias vulneráveis e em condição económica difícil.

   Quanto à atração de investimentos de valor acrescentado para gerar mais e melhores empregos qualificados, o relatório do Orçamento não diz praticamente nada. Após os tão propalados

megaprojetos, seja a construção do Centro de Congressos, cuja empreitada iria iniciar-se em 2021 e agora no meio de imbróglio ou o Polo Tecnológico da Madalena, com um promissor investimento de 700 M€ e a criação de 15.000 postos de trabalho qualificados, agora substituído por um projeto de natureza ambiental, o documento refere simplesmente o *"arranque de um polo de incubação e de start-up"* como um dos objetivos apontados para alcançar a competitividade do nosso território.

2. Ao nível do orçamento propriamente dito, não podemos deixar de constatar que, face ao ano de 2023, há uma redução da receita de 296,8 M€ para 271,9 M€ (-25M€), decorrente, em grande medida da redução das transferências de capital de 95,8M€ para 39M€, sem que, no documento em apreço, seja dada qualquer justificação para esta diminuição.

   Preocupa-nos o facto de a redução das receitas de transferências de capital em torno dos 56,8M€ ter correspondência na diminuição das aquisições de bens de capital – habitação (aquisição e reparação) de 69,7M€ em 2023 para 29M€ em 2024 (-40,7M€).

   Em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajectória de crescimento das despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022, + 13,5M€ em 2023 e +6,1M€ em 2024, ou seja, em 3 anos as despesas com pessoal aumentaram em 35,3M€, isto é 84%). O crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, gera-nos uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da receita, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município.

   Desconhecemos, se o acréscimo das despesas com pessoal verificado em 2024 inclui algum montante de despesas relativas a pessoal transferido no âmbito da Descentralização. Se no orçamento de 2023 era mencionado que o valor de despesas com pessoal incluía 14M€ referentes à transferência de funcionários no âmbito da descentralização de competências, o orçamento de 2024 é omisso no que respeita a esta matéria. De facto, se no orçamento de 2024 do lado das receitas conseguimos aferir que o valor transferido para o Município no âmbito da transferência de competências é de 30M€, já do lado das despesas não nos é possível aferir o valor de despesa decorrente da transferência de competências, não sendo, assim, possível determinar o impacto das transferências de competências no saldo orçamental.

   Do lado das receitas, registamos com agrado o acolhimento da fixação da participação variável nos 2,5%, patamar pelo qual PSD tem, sucessivamente, pugnado, de modo a reduzir a discriminação negativa dos gaienses face aos portugueses de outros Municípios. Já em relação ao IMI e à derrama a proposta de redução do PSD não teve o mesmo acolhimento.

   Ainda do lado da receita há um acréscimo dos passivos financeiros, em 2024, em 33,4 M€, depois de em 2022 ter já sido contratado um empréstimo de 18,5M€ a 20 anos e, em 2023, um empréstimo de 39,9M€ também por 20 anos. Dado que estes empréstimos se destinavam a investimento, o PSD deu o benefício da dúvida abstendo-se.

   Porém, face ao contexto de aumento das taxas de juro, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com o impacto que o valor de juros a pagar possa ter no equilíbrio financeiro do Município, pois, o valor de juros e outros encargos orçado para 2024 é de 3,93M€, o que corresponde ao triplo do valor orçado para 2023, que era de 1,3 M€. De notar, ainda, que, conforme o documento do Revisor Oficial

de Contas relativo ao 1º semestre de 2023, o valor de juros e outros encargos suportados até 30/6/2023 eram de 827 mil euros, isto é, 3,5 vezes o valor pago no período homologo de 2022 (234 mil euros).

3. Em relação ao Balanço e Demonstração dos Resultados seria importante dispormos da composição de algumas rubricas para melhor compreensão dos Mapas. Assim, importaria saber:

   - Quem são os outros devedores com um saldo de 33,6M€.

   - O que são as outras contas a pagar, bem como a explicação para o registo de um valor exactamente igual no passivo não corrente e para o aumento do valor de natureza corrente de 12M€ em 2023 para 42,4M€ em 2024 (+30,4M€ que em 2023).

   - A necessidade do aumento dos financiamentos obtidos, quando este, em termos de balanço, parece ser direccionado para disponibilidades. A caixa e depósitos bancários aumentam de 40,3M€ em 2023 para 92,2M€ (+51,9M€).

Face ao exposto, o PSD vota contra o Orçamento e Opções do Plano 2024.

Vila Nova de Gaia, 30 de Novembro de 2023

P'los Srs. Deputados do PSD,

3/23

Plano e Orçamento Municipal para 2024

As preocupações são muitas, os problemas complexos e a realidade muito exigente para a vida dos trabalhadores e do povo. A discussão do Plano e Orçamento, momento maior da vida política do município, é e deve ser encarada como uma oportunidade para avaliar, pensar e discutir a realidade dura e difícil que os Gaienses enfrentam, bem como a adequação das respostas dadas, pelos vários níveis de decisão política.

Estamos perante um Orçamento com uma diminuição de 25 Milhões de Euros. Com isto, não queremos entrar na crítica sobre essa diminuição, porque até uma leitura rápida permite verificar a brutal diminuição das Transferências de Capital, quer do FEDER, quer de outros quadros comunitários, havendo a expectativa de que, em anos futuros, esse valor normalize num concelho da dimensão do nosso, capaz de captar esses quadros comunitários e, inclusivamente, tendo em conta essa diminuição, ser superior aos 25 Milhões, uma vez que atinge os 60 milhões. A crítica a uma diminuição da Receita - para mais de Capital - deveria ser anexada a uma proposta para aumento da Receita. E, nesse capítulo, a CDU estaria perfeitamente à vontade e até mais qualificada para essa crítica, uma vez que tem tantas vezes falado no subfinanciamento do Poder Local e também porque, ao contrário de outros, defende que o Município deveria arrecadar mais Receita na participação variável no IRS: esse sim, dinheiro mal distribuído, uma vez que dá tanto mais a quem mais tem, contrariando até uma frase que ouvi, por sinal, num congresso do PS em 2018, por um congressista (não me lembro qual) que disse "de cada um, segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades" (creio que era uma citação de um autor de que também não me recordo).

Isto para dizer que, não entrando na crítica ao "tamanho" do orçamento, há um elemento na Receita que nos motiva preocupação, e que respeito às verbas previstas nas Transferências Correntes do Estado Central, em especial na alínea da Transferência de Competências onde, apesar de se verificar uma subida de 7M e 300 mil euros, se o compararmos com o Déficit assumido pelo Executivo - de 6 milhões e meio apenas com a Educação e Acção Social - e a este somarmos o também já assumido déficit na Saúde, falamos de uma margem que prevê, uma vez mais, que o Município tenha de desembolsar mais dinheiro do que aquele que lhe é transferido pelo Estado Central, para realizar uma tarefa que este empurrou para o Poder Local.

Uma situação que, por mais que assumida e reconhecida, não deixa de ser absolutamente inaceitável e que, para mais, se arrasta.

Uma situação existente numa realidade social a que urge dar resposta, pois o aumento do custo de vida, a política dos baixos salários, bem como a não valorização das carreiras dos trabalhadores, nomeadamente da função pública, tem causado enorme insatisfação, expressa em tantas e tantas acções que enchem as ruas da cidade e do distrito, demonstrando que o povo está - esse sim - verdadeiramente concentrado nos reais problemas concretos (como são exemplos a Habitação e a Saúde) e exige as respostas necessárias, a todos os níveis de poder e decisão do Estado.

O Plano e o Orçamento têm o mérito de identificar essas realidades a que urge dar resposta e nomeá-las como prioridades políticas. Sendo que, apesar de em muitos casos, designadamente muitos programas, não ser possível entender o verdadeiro alcance de certas medidas e, noutros, a resposta até nos parecer insuficiente, há que dizer que há respostas em prática no terreno e com continuidade plurianual, muitas delas por nós valorizadas.

A **Habitação** é um desses problemas urgentes, cujas respostas têm sido aqui largamente debatidas, inclusive por iniciativa da CDU, quando promoveu um debate extraordinário sobre o tema, e fez aprovar um conjunto de propostas que dizem respeito a uma resposta multidimensional que tem de ser dada para resolver este problema de décadas e décadas de desinvestimento de sucessivos governos.

Ora, no capítulo do Programa do 1º Direito e se recordarmos a discussão do Orçamento do ano passado, que foi feita após aquele primeiro edital, motivou então o expressar de preocupação por parte da CDU a evolução registada, ao longo deste ano, designadamente no Reforço do Edital para dar resposta às propostas (85M€ de reforço), este Orçamento traz um elemento de perspectiva positiva para a utilização desses fundos - num quadro nacional em que Gaia está inserida num conjunto de municípios com boas perspectivas de utilização destes fundos do PRR - Importam duas coisas: certificar a utilização integral dos fundos, continuando este trajecto com mais editais, e afirmar que estes 143M não são suficientes para as necessidades do Concelho. Não chegam.

Enquanto as chaves de casa não são entregues - o que demora o seu tempo - também têm sido dadas respostas, no sentido do que a CDU defendeu nessa sessão extraordinária: o apoio ao arrendamento, considerado um apoio de emergência, orçado em 250 mil euros (não sabendo necessariamente como isso se traduz ao nível de agregados apoiados) e um elemento que gostaríamos de ver aprofundado e de conhecer em maior detalhe, que se prende com a questão de soluções ao nível das Cooperativas de Habitação, iniciativa que aprovamos nessa sessão extraordinária e que a CMG e a Gaiurb estão a avançar na Belavista.

Os **Transportes** são igualmente uma matéria que a CDU tem aqui trazido insistentemente, um debate por vezes até por nós forçado.

Por um lado, lamentamos a não incorporação de uma medida proposta por nós, o alargamento do passe gratuito para maiores de 65 anos, tendo em conta inclusivamente a aprovação do OE e a previsível assunção do EC de uma medida positiva avançada pela CMGaia há vários anos, a gratuidade nos sub-23.

Sobre o transporte rodoviário, tivemos o debate acerca do modelo escolhido pela AMP, debate esse de que a CDU não abdica, tendo apresentado a nossa visão alternativa, a qual entendemos permanecer actual.

Contudo, na véspera do arranque da nova operação, queria concentrar rapidamente a reflexão na preparação da mesma, sendo certo que, mais cedo que tarde, voltaremos ao debate acerca dos modelos.

Compreendemos alguns solavancos naturais no arranque de uma enorme e complexa operação. Agora, não seria correcto, aqui na Assembleia Municipal, não serem expressadas as enormes preocupações e ansiedades sentidas pelas pessoas que dependem do transporte. Na segunda-feira, não saberem como vão para o trabalho na sexta ou na semana seguinte? Sem demagogias e com total seriedade, é profundamente impactante para as pessoas uma publicação de horários na antevéspera da operação, e as dúvidas dos utentes permanecem, as reações a esse horários são motivo de preocupação, até por alterações de carreiras que vão afectar os trajectos matinais para o trabalho das pessoas. Basta andar de autocarro para saber a profunda inquietação das pessoas a quem, temos que recordar, está a ser dito há muitos meses para aguardarem, para terem paciência que em Dezembro fica tudo resolvido. É um debate que vai ter de voltar a discussão nesta Assembleia.

Na **Cultura**, valorizamos o crescimento de dotação orçamental, assim como no **Recreio, Desporto e Lazer**. Valorizamos as respostas que estão a ser dadas na rentabilização dos equipamentos culturais, tanto ao nível das requalificações a concluir, como no da programação. Entendemos - e trazemos esse elemento às vezes esquecido deste debate (também esquecido) - que a política cultural deve ser abordada não só no eixo do apoio à programação, mas também nos apoios à criação, designadamente programas direccionados para artistas e estruturas, num concelho onde muitas são sistematicamente bem avaliadas nos programas da DGArtes, mas ficam depois fora dos apoios.

Na **Educação,** queremos trazer aqui uma preocupação que se associa aos problemas da transferência de competências, para lá do que já referimos sobre o défice entre as necessidades e transferências do Estado Central.

Focamo-nos em duas questões muito concretas relacionadas com o trabalho na Educação, sem prejuízo de reconhecermos um período de adaptação.

Uma diz respeito a uma reivindicação, de há já pelo menos um ano, dos trabalhadores não docentes das escolas que estão a suprir as pausas lectivas dos trabalhadores das IPSS. Neste caso, a exigência central é que, de uma vez por todas, seja construído o diálogo construtivo entre a autarquia e os representantes desses trabalhadores - os sindicatos - com vista à resolução de uma matéria que tem de ser resolvida com urgência.

Outra situação prende-se com os trabalhadores das cantinas: sabemos que estes trabalhadores não são do município, mas entendemos que o Executivo não pode ficar indiferente a irregularidades laborais gravosas e lamentáveis que se registam nos vínculos destes trabalhadores.

Na **Saúde**, não podemos deixar de salientar que o documento aponta a criação das ULS como uma evolução no concelho. Devo dizer que concordamos com o Senhor Presidente nas suas ambições para o modelo de organização local de saúde, desde logo para resolver a situação de desorganização no nosso concelho, bem como promover uma melhor gestão de recursos humanos e materiais que é urgente. Mas não estamos convencidos de que as ULS e a centralização no Hospital dos recursos de saúde locais sejam a resposta de que o concelho precisa e todos nós exigimos.

Termino exatamente como comecei: as preocupações são muitas, os problemas complexos e a realidade muito exigente para a vida dos trabalhadores e do povo. Dissemos, há duas semanas, que o essencial da discussão política é a avaliação política das opções políticas do Executivo, isto é, debater de que forma as suas políticas respondem aos problemas das pessoas.

Como vimos, para a CDU, nuns casos, sim, e noutros, não; em alguns mais, noutros menos.

Em todo o caso, na CDU continuaremos como sempre atentos, vigilantes e interventivos na persecução desse objectivo maior e agregador: dar a resposta urgente e necessária aos problemas dos trabalhadores e do povo.

2023.11.30

P'el A CDU,

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

Intervenção na Discussão do Plano e Orçamento para o Ano de 2024

Para o PAN a política tem e deve ser direcionada para a mudança e desenvolvimento, não só económico e social, mas sobretudo de mentalidades. É a mudança de uma mentalidade anacrónica, que em largos setores da sociedade continua a resistir e que impede a necessária e urgente alteração estrutural, para uma mentalidade aberta a novos conceitos, livre de tradições, que há de viabilizar a adoção de novos comportamentos, e dessa forma permitir ver e sentir o mundo de uma forma sustentável e justa. É urgente ter uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

As sucessivas crises económicas, sociais e políticas, a emergência climática em que vivemos, levaram a que, pela primeira vez em décadas, o bem-estar da humanidade tenha regredido. O colapso ambiental já não é uma visão de futuro, mas sim uma realidade.

Infelizmente, este não é um mero resultado conjuntural. As graves crises que atravessamos são da responsabilidade dos líderes políticos mundiais, nacionais e locais, que mesmo perante todos os avisos continuam a ignorar as reais necessidades das gerações atuais e futuras. Não podemos continuar com as mesmas abordagens que nos trouxeram aqui. É necessário olhar para a sociedade e comunidade, para o planeta e território, de uma forma diferente.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Isto só será possível se cada um de nós assumir a sua quota de responsabilidade. Pugnamos assim pelo «Pensar Global, Agir Local». Acreditamos que nas políticas públicas da nossa rua e da nossa cidade podemos fazer a diferença, porque as pequenas ações (individuais ou em coletivo) em todo o planeta levar-nos-ão ao cumprimento do nosso objetivo.

O PAN tem trazido a debate, quer nesta assembleia municipal, quer no âmbito do exercício do direito de oposição, temas relacionados com a literacia ambiental, com a mobilidade inclusiva, resíduos e economia circular, a transição energética, a dinamização de comunidades energéticas, a violência e a igualdade de gênero, a problemática da discriminação em relação à orientação sexual, a saúde e proteção animal.

Este orçamento vai refletindo algumas medidas que, embora nos surjam ainda num quadro de intenções, refletem um bom começo.

Mas comecemos pelo princípio: as contas.

Tal como dissemos aquando da aprovação do orçamento de 2023, este orçamento, de igual forma, surge-nos financeiramente equilibrado, cumprindo dessa forma o previsto na Lei. Dito de uma forma simples existem receitas para cobrir todas as despesas.

Embora os fundamentos políticos, de algumas opções tomadas, mormente a nível fiscal, ambiental e proteção animal, sejam passíveis de discussões mais ideológicas, certo é que este executivo apresenta um orçamento financeiramente equilibrado.

Dito de outra forma, quanto à política fiscal, acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos, como inúmeras vezes já o dissemos, que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar empregos verdes, estáveis e duradouros, no concelho de Vila Nova de Gaia.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política orçamental, educacional, social, habitacional, áreas da saúde e invariavelmente, porque muito importante em termos da descarbonização, a política dos transportes públicos.

Uma palavra a dizer também no que concerne à ação social e às políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento e de equidade, as quais também acompanhamos na generalidade.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, como já referido, este orçamento mantem-se na linha do anterior, demonstrando um conjunto de intenções, na área da gestão de recursos, que consideramos primordiais na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que toca à aposta nos transportes pública, à eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública, o incremento da reciclagem, a renovação da frota automóvel por veículos mais sustentáveis, a instalação de jardins verticais e telhados verdes.

Contudo, por outro lado, e de forma negativa, assiste-se ao crescimento da paisagem cinzenta do betão, em detrimento de espaços verdes de proximidade, principalmente, no centro da cidade. Neste capítulo, não podemos deixar de alertar para o total abandono em que se encontra atualmente o rio Douro. Não queremos as encostas do rio Douto repletas de edifícios, habitacionais ou não, e as suas águas reféns de barcos turísticos. Assistimos hoje, impávidos, à destruição paulatina de um valor imensurável, que é o nosso rio e a nossa reserva natural do estuário do douro. Este Executivo, pode e deve ser o dinamizador, para que junto das entidades a quem também compete a gestão das águas fluviais, se tomem medidas urgentes de conservação e de mitigação deste atual problema.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

De igual modo, no âmbito da pegada ecológica e de uma alimentação saudável e sustentável, nomeadamente quanto à redução substancial do consumo de carne, assistimos à continuidade da abordagem deste executivo com o reforço da refeição de base vegetal nas escolas. Sabemos das dificuldades que muitos pais e alunos demonstraram na adoção deste tipo de alimentação, na maior parte dos casos fruto da iliteracia alimentar e nutricional, outros, consequência de preconceitos ainda arreigados em muitas mentalidades. Pelo que, a aposta na informação, aconselhamento nutricional e uma aposta na qualidade das refeições são de todo fundamentais.

Certo é que, todas estas intenções só resultam em avanços se forem implementadas e executadas a curto prazo. Não basta uma política de promoção de comportamentos, é preciso também dar o exemplo.

Quanto à temática da proteção e bem-estar animal, congratulamo-nos e saudamos uma série de medidas, as quais têm vindo a ser reiteradamente reclamadas pelo PAN. Contudo, entendemos, que as tímidas políticas implementadas pelo Executivo estão longe de mitigar o problema do abandono e dos maus-tratos. De igual forma, as medidas aplicadas no âmbito do programa CED, continuam em ritmo lento, perdendo eficácia, o que tem permitido a continua proliferação das colónias de gatos e das matilhas.

Para terminar, e não obstante estarmos de acordo com muitas das medidas anunciadas, certo é que outras ficam aquém daquilo que era expectável, e nesse sentido entendemos que a abstenção é aquela que melhor define a nossa visão sobre este orçamento.

Vila Nova de Gaia, 30 de novembro 2023

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA DE ATA Nº 39

Reunião Ordinária de 30.11.2023

Ao trigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------
   a) **Foi o ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o Ano 2024", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (18 do PS, 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE,02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 da IL). ----------
   b) **Foi o ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento Municipal e Opções do Plano para 2024, nos termos do artigo 27.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (alterada pela Lei nº 66/2020)", **Aprovado por Maioria**, com 31 votos a favor (18 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 13 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 da IL) e 01 abstenção do PAN. ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, conforme decisão previamente tomada, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 07 minutos do dia 30 de novembro de 2023, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. -----

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)